



EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.146 DE 2015: assinalando discursos entre a norma e a realidade sob a perspectiva dos educadores

Fernanda Vivacqua Vieira

Profa. Nadir Sant'anna

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo verificar os efeitos sociais da Lei 13.146 de 2015 concernentes à Educação Inclusiva, sob a perspectiva dos educadores que atuam diretamente com os discentes que possuem deficiência, assinalando como a legislação vem sendo vivenciada nas práticas escolares, levando-se em consideração as conexões entre discursos de professores e o discurso da lei, utilizando-se, para tanto, o estudo da Análise do Discurso (ORLANDI:1990). De início, abordará de forma breve os aspectos jurídicos da Educação Inclusiva, perpassando pelas principais normas internacionais e nacionais, para depois analisar o discurso dos professores frente ao tema. Por fim, contextualizará as tensões entre a Lei (BRASIL:2015), a atuação do Ministério Público e a realidade dos alunos com deficiência em rede de ensino regular, examinando os fatores discursivos dito pelo professores(CHARAUDEAU:2016).

Palavras-chave: Lei nº 13.146 de 2015, Educação Inclusiva, Discurso dos docentes, Ministério Público do Rio de Janeiro.



REFERÊNCIA:

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

BRASIL. Constituição da república Federativa Brasileira. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e Discurso: modos de organização. 2ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo. Contexto: 2016

ORLANDI, **Eni de Lourdes Puccinelli**. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 1a. edição: Ed. Pontes- Campinas: 1990.

INSTITUIÇÃO DE FOMENTO: FAPERJ.